



# Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1.978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Fuad Nacli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Guflin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Aragão de Mattos Leão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja dado regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 189/78.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1978.

(a) Basílio Zanusso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro NASCIMENTO E SILVA, da Previdência Social, no sentido de que determine estudos, objetivando a atualização das pensões pagas pelo Fundo Rural para um salário mínimo.

Essa medida, se adotada, dará aquele benefício de cunho social a sua verdadeira dimensão — que é o de proporcionar ao homem humilde do campo, não atingido pela legislação previdenciária, condições de melhoria de seu padrão de vida e subsistência.

Por outro lado, há necessidade das autoridades previdenciárias realizarem estudos, também, a fim de que possam as viúvas de associados do INPS, perceber suas pensões correspondentes a 100% (cem por cento) das contribuições pagas, quando seus maridos percebiam até dois salários mínimos de vencimen-

tos. No mesmo sentido, fossem estendidas a elas, o benefício do auxílio-funeral.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Domício Scaramella.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, dispensa da publicação da Redação Final, para o Projeto de Lei n.º 186/78.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Gabriel Manoel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação para redação final do Projeto de Lei n.º 156/78.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito "CPI da Ecologia", requer à Mesa, após ouvido o Plenário, prorrogação dos trabalhos da referida CPI, que apura a situação de Florestas e Vasão de Rios do Estado do Paraná, até 30 de junho de 1.979.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembléia Legislativa, o editorial, pág. 02, "Respeito às urnas", apresentado pela edição do dia 29 de novembro último, do jornal "Correio de Notícias". Portanto, anexa a este, o recorte do número que às suas mãos chegou e do qual aproveitou, assim, a publicação autêntica.

Uma vez aprovado este requerimento, solicita que da transcrição nos Anais deste Poder, dê-se ciência ao Senhor articulista, político, que nomina S.G.C., e na sede do referido jornal, sito na rua Amintas de Barros, 309, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Paulo Camargo.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está finda a leitura do expediente.

É com satisfação que essa Presidência anuncia nas tribunas de honra desta Assembléia, a presença do Sr. Vereador Emanuel Tomas da Silva, do Município de União da Vitória, que se faz acompanhar do Sr. Deputado Domício Scaramella.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Devia, ontem, eu estar nesta Casa, para pronunciar um discurso sobre o problema que aflige o Porto de Paranaguá,

problema relacionado à exportação de café. Entretanto, motivos imperiosos prenderam-se naquela cidade e hoje fazendo coro com as demais autoridades do nosso Estado, eu redigi um pequeno requerimento, Senhor Presidente, para que Vossa Excelência tome as providências cabíveis. (Lê):

"Senhor Presidente...

No momento em que o clamor do povo paulista tenta a revogação das Resoluções 50 e 52, do Instituto Brasileiro do Café e que vieram possibilitar, beneficentemente, a exportação do produto pelo Porto de Paranaguá, nós, paranaenses, precisamos unir forças, no sentido de salvaguardar os interesses de nossa população portuária, na luta por sua sobrevivência.

Estamos bem lembrados da recente e difícil situação enfrentada pelos portuários de nosso litoral, em consequência da crise que, praticamente, paralisou o Porto de Paranaguá, decorrente da estiagem prolongada e que veio reduzir tremendamente a nossa produção agrícola.

O orador que vos fala, bem a par da dificuldade enfrentada pelos portuários, intentou, naquela oportunidade, conseguir autorização governamental para que o milho importado para o nosso País, o fosse por Paranaguá. Compreendendo a situação desesperadora, o Governo Federal ouviu e atendeu o nosso apelo, a reivindicação de todos os paranaenses.

O paliativo havia sido encontrado e aplicado, mas novas medidas se faziam necessárias. Estas redundaram nas Resoluções 50 e 52, beneficiando as exportações de café pelo Paraná.

Agora, os paulistas pretendem as revogações das enumeradas Resoluções. Não somos contra o direito do povo paulista de manifestar seus pensamentos e suas vontades. Mas, em momento de dificuldade, enfrentado pelos irmãos paranaenses, acredito que a compreensão, a necessidade do mútuo auxílio, precisam prevalecer. A 5.ª Comarca, transformada em Estado que busca pujança e total independência, ainda mantém sérios liames com São Paulo, não só de afetividade, como, também, de colaboração.

As estatísticas estão a demonstrar que o movimento do Porto de Santos é estável e sempre progressivo, enquanto o de Paranaguá, como consequência das intempéries que reduziu a nossa produção agrícola, teve uma violenta redução. Só no que tange à exportação de café, o decréscimo da exportação, pelo Porto de Paranaguá, foi assombroso. Em 1970, exportamos seis milhões e seiscentas mil sacas. Em 1970, a exportação caiu para três milhões, cento e trinta e uma mil sacas, e neste ano, até o mês de setembro, exportamos apenas quatrocentas mil sacas, isto sem nos referirmos à violenta queda na exportação de outros produtos agrícolas.

A atual situação do Porto de Paranaguá, apesar das medidas oportunas adotadas pelo Governo Federal e pelo Instituto Brasileiro do café, ainda é carente e precisa ser compreendida pelo povo paulista. Na emergência, queremos que estenda a mão ao povo paranaense, na certeza de que só a união poderá edificar um Brasil coeso e progressista.

As medidas de emergência precisam continuar vigindo, pelo menos até que a situação do Porto de Paranaguá se estabilize. É por isso que pedimos a colaboração de todos os paranaenses, no empenho de sensibilizar as autoridades federais, para que mantenham as salutares decisões até agora em vigor, por serem necessárias, oportunas e, de momento, irrevogáveis.

Este meu pronunciamento soma-se ao de todos os paranaenses e constitui a manifestação de um representante do Litoral, perfeitamente identificado com a população portuária de Paranaguá e, por isso mesmo, conhecedor de seus problemas, agora minorados, mas com risco de agravamento, se as medidas benéficas forem revogadas. Contrariando alguns, julgo insensata e precipitada a afirmativa de existência de uma guerra cafeeira com São Paulo. Não guerreamos irmãos, não estamos em guerra com ninguém. Estamos a pedir compreensão e colaboração, na certeza de acabarmos por contar com elas. É uma

questão de sobrevivência, que terá que se sobrepor a quaisquer outros interesses. O bom senso, eu acredito, levará o povo paulista a aceitar as Resoluções 50 e 52, como medidas de emergência, únicas capazes de evitar que os portuários de Paranaguá passem por privações.

Alimentar dissensões é agravar o problema, negando a essência do regime democrático. Todos tem o direito de reivindicar e tal direito eu não nego a São Paulo. Mas, acima das reivindicações, estão as necessidades. E, em verdade, no momento, Paranaguá precisa muito mais do que São Paulo.

Nesta oportunidade, no Paraná não deve existir situação ou oposição, imperando a união de todos em torno de quem representa o Estado, junto às autoridades federais. É exatamente por isso que requeiro à Mesa que, cópia deste pronunciamento seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, como subsídio ao esforço que dispenderá, por sem dúvida, em prol da própria sobrevivência dos portuários de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Nelson Buffara."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Isso, em outras palavras, vale dizer que, nós temos certeza de que de nada adianta nós formos a nossa força, o nosso prestígio aliado a de representantes do Governo Federal que, talvez, entendam, nós estarmos com a razão. Não queremos medir forças com São Paulo; não é esse o nosso objetivo. Nós queremos sensibilizar o Governo Federal, para que mantenha aquelas portarias. São Paulo tem um porto que exporta durante o ano todo. O nosso Estado, tem um porto, que é o Porto de Paranaguá, que exporta, somente, a nossa produção agrícola. Não somos um Estado industrial. Haverá de imperar, acima de tudo, o bom senso e a justiça.

É o que queremos, nobres Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação, temos em nossa Casa, hoje, os Srs. Advogados da Procuradoria Geral do Estado que, aqui, estão, para acompanhar de perto uma antiga reivindicação da classe, que é a sua reestruturação. Parece-me, Sr. Presidente, que quando se discute essa reestruturação, quando na Ordem do Dia também encontramos o estudo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, carreira de Redator, é oportuno que também pensássemos, um pouco, em relação a nossa própria Casa.

Este Deputado que tem sido, inclusive injustiçado por muitos funcionários desta Casa, quando tem procurado denunciar coisas que não deveriam acontecer, principalmente no Legislativo, não poderia calar neste findar de Legislatura, quando vê, passados quatro anos a reivindicação do funcionário mais humilde da Casa, não ser atendida. E eu pediria a atenção hoje, aos Srs. funcionários do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Tenho em mãos as notas taquigráficas do dia 5 de dezembro de 1977, quando o Excelentíssimo Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, usando da tribuna, em certo trecho ao se referir aos funcionários desta Casa, diz o seguinte: "o que eu posso dizer tão somente aos meus servidores, é que não entregarei a 1.ª Secretaria da Assembléia, se Deus me der vida e saúde, sem fazer a reestruturação de cargos tão desejada e tão prometida, já em outras gestões".

Srs. Deputados, nesta velada crítica que se faz a gestões anteriores desta Casa, nesta crítica que o Sr. 1.º Secretário faz a outros Deputados que geriram os destinos desta Casa, fica nas entrelinhas uma promessa e é ele quem o diz: ...se Deus me der vida e saúde.

E Deus lhe deu vida e deu saúde durante este ano todo, e os Srs. funcionários da Casa, aqueles que não são aquinhados pelos donos deste Poder, continuam na mesma situação de antigamente.

Mas, em compensação, Srs. Deputados, e este Deputado não tem porque calar, esta Casa está se desmoralizando cada vez mais, porque enquanto, e já denunciemos isto nesta Assembléia e desta tribuna, enquanto aqui fraudulentas, não fraudulentas, não ilegais, mas imorais aposentadorias foram permitidas àqueles que são amigos dos poderosos, enquanto isso ocorria, enquanto se nomeavam, inclusive pessoas praticamente analfabetas, para Secretarias de Comissões, com altos vencimentos, enquanto isso, Sr. Presidente, as Comissões desta Casa, a bem da verdade, não se reúnem.

Os pareceres das Comissões, são tomados em plenário, sem exame da matéria, numa verdadeira irresponsabilidade e num verdadeiro descaso para com o Poder Legislativo.

As Comissões, e nesta oportunidade irei pedir ao líder da minha bancada, que me demita das Comissões a que faço parte. Não porque não queira trabalhar, e todos os Deputados reconhecem que este Deputado é um dos Deputados que mais tem atuado nas Comissões, para cumprir a sua obrigação. Mas não é possível, Srs. Deputados, que os melhores aquinhados nesta Casa, pelo prestígio que gozam junto aos poderosos da Mesa, continuem a desrespeitar as Comissões, como o fizeram com a Comissão de Orçamento, cujo Presidente, Deputado Fuad Nacli, aqui se encontra. A Comissão de Orçamento se reuniu, e esta Comissão que era fruto das mais diversas críticas neste Estado, porque sempre foi um verdadeiro cabide de emprego, foi um verdadeiro cabide de falsas e polpudas gratificações de fim de ano para os aquinhados, cerca de cem, teve por bem, já no ano de 1977, sob a Presidência do ilustre Deputado Sato, houve por bem, diminuir o número de seus membros, em apenas vinte e dois.

E este ano, a Comissão se reuniu e indicou apenas vinte e dois funcionários, para fazerem parte do trabalho de elaboração do nosso Orçamento.

Eis que logo após, a Comissão de Orçamento foi tomada de surpresa e os vinte e dois se multiplicaram. E a cada Deputado, foi dado o direito de indicar mais um só afilhado, para receber um vencimento no final dessa Comissão, que na verdade, é fruto de apenas meia dúzia de pessoas que trabalham.

Os cinquenta e quatro funcionários, passariam a ser aquinhados com mais um salário, a título de gratificação. Mas a coisa não parou aí, e agora, nos corredores, se procuram os membros da Comissão, para que mais doze Srs. funcionários, os mais graduados, também possam receber esses vencimentos.

Srs. Deputados: não há como persistir o Poder Legislativo desta maneira, não basta o fato de já o Poder Legislativo, a partir de 1.964, ter sido completamente desmoralizado por aqueles que pretendem ter o domínio completo da Nação, não basta isto, nós também, Deputados, estamos colaborando para que o Poder seja apenas um Poder sem autoridade. Pois se nós não nos disciplinarmos, quem o fará? E é por isso que, nesta oportunidade em que ocupo a tribuna e denuncio esses fatos, eu o faço na certeza...

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Vossa Excelência me concede um aparte?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Com todo o prazer, de imediato.

Eu tenho a certeza, Srs. Deputados, que as promessas feitas inclusive pelo Sr. 1.º Secretário que aqui se encontra, de que também os funcionários da Assembléia Legislativa tenham o seu quadro próprio, tenham a sua reestruturação de cargos, efetuados pela Assembléia, é que ocupamos a tribuna. Porque na verdade, parece não haver o interesse necessário, para que os nossos funcionários, principalmente os mais humildes, tenham a sua reestruturação aprovada.

Tem o aparte o nobre Deputado Quielse Crisóstomo. **O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO** — Sinto ter pelo visto, perdido o melhor do seu pronunciamento, e Vossa Excelência me parece ter dedicado o dia, ao 1.º Secretário, eu agradeço.

Porém no final, pelo que pude ouvir, cabe-me apenas, lembrar a Vossa Excelência, como membro da Comissão de Orçamento, que quando assumi a 1.ª Secretaria, e que recebi sugestões da Comissão de Orçamento que acompanhasse os anos anteriores, onde esta Comissão via o Orçamento do Estado a exemplo do ano anterior de 1.977, onde participou um grupo formado por duzentos funcionários desta Casa, e este 1.º Secretário se negou a acompanhar aquilo que se já tem conhecimento nesta Casa, como tem o "trem da alegria".

E naquela época, naquela ocasião, nobre Deputado, Vossa Excelência não se lembrou de usar a tribuna para dizer do feito do 1.º Secretário que impediu que continuasse a barganha de favores, entre membros de uma Comissão e quiçá membros do Executivo, ou membros desta Casa. Daquele dia para cá, Sr. Deputado, onde também outras irregularidades principalmente, pelos Deputados do MDB, e Vossa Excelência pertence à bancada do MDB. E esses dias eu senti, através de manchetes de jornal, de que eu não fui aquele 1.º Secretário que o MDB queria que fosse, que permitia o uso e o abuso dos telex e das verbas da Assembléia, para correspondência de Deputados do MDB, para sua área política. Cortei sim, nobre Deputado. Cortei todos os abusos de Deputados, principalmente dos Deputados do MDB, porque a frequência era mais da bancada sua, que da nossa. Digo melhor, era só de sua bancada.

E hoje, talvez, Vossa Excelência, por linhas travessas, veio fazer um desabafo. Mas, Vossa Excelência não lembrou, naquela época, de falar, de fazer justiça, quando este 1.º Secretário, e nunca por sugestão sua, e nem de sua comissão, foi por impedimento do 1.º Secretário desta Casa que, de duzentos funcionários de 1977, eu reduzi para vinte e dois funcionários, que fizeram o orçamento do ano passado.

E este ano não seria de outra forma, se não fosse a insistência do Presidente da Comissão, Deputado Fuad Nacli, que este 1.º Secretário permitisse que cada Deputado indicasse um funcionário, alegando razões que eu jamais acreditava serem justas, mas com o acodamento do Deputado Fuad Nacli, dizendo que os Deputados membros da Comissão, e todos os Deputados da Casa, haveriam de ter um representante. Depois de muita insistência eu consenti, não somente eu, mas a Executiva cedeu por pressão. E hoje, admirado, eu vejo Vossa Excelência querendo chamar a Comissão Executiva, de Comissão que protege os poderosos.

Não vi aonde houve proteção dos poderosos. E a indicação da Comissão Executiva, para o orçamento, onde cada membro da Comissão de Orçamento indicava dois, um diretamente nos vinte e dois, e mais um como Deputado, e Vossa Excelência sabe que cinquenta e um Srs. Deputados já indicaram seu representante. É evidente que eu também sou Deputado e, é evidente, que eu também indiquei o meu, acompanhando o raciocínio que me foi proposto, e eu acatei.

Mas jamais protegi alguém aqui, nem mesmo os meus companheiros da ARENA, nem mesmo os meus companheiros da Executiva, nobre Deputado, Vossa Excelência jamais encontrará as benesses que tiveram, muitas vezes, outros Deputados, — não vou acusar Executivas anteriores, apenas digo nesta Executiva, — enquanto sou 1.º Secretário, jamais algum amigo maior meu, teve adentrados na Primeira Secretaria, benefícios que outros Deputados não tiveram. Muito obrigado.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Eu respondo ao aparte do nobre Deputado, primeiro, desafiando-o a apresentar as contas de telex, telefone, e as contas consideradas irregulares. É este Deputado, que nunca usou o sistema de telex e que sempre pagou as contas de seu telefone, — de acordo com o que é

norma da Casa, está o cavalheiro, para desafiá-lo a apresentar, aos demais Srs. Deputados, a conta deste Deputado. Se existem Deputados do MDB que usaram e abusaram da Assembléia, deveriam ser denunciados.

Não estamos aqui para dizer que no meu Partido, no vosso Partido, é que se esteja desmoralizando o Legislativo, estou a dizer que nós, Deputados, e eu me incluo entre eles, precisamos fazer alguma coisa para que o Legislativo se torne realmente um Poder.

**O Sr. Muggiati Filho** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Além do mais, eu desafio a respeito de que, no ano de 1977, a Comissão de Orçamento foi reduzida em função de imposição da Mesa, é em parte verdade, mas eu remeteria ao nobre Deputado, as atas anteriores à reunião que efetuamos em conjunto na sala da Presidência, e o Senhor veria que na ata anterior àquela reunião, já a Comissão de Orçamento havia decidido que não mais do que os necessários seriam colocados. E tenho como testemunha, o nobre Deputado Domício Scaramella, com o qual debatemos e na ata daquela reunião, está lavrada a posição deste Deputado, que, pela primeira vez, participava da Comissão de Orçamento.

**O Sr. Quielise Crisóstomo** — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)** — Na época, ainda Vossa Excelência deve lembrar de que este Secretário propôs à Comissão de Orçamento, se caso, vinte e dois funcionários, não fosse o suficiente, o Primeiro Secretário, faria a apreciação sem ônus nenhum para a Assembléia. Eu assumiria os encargos da Comissão de Orçamento e faria todo o trabalho gratuitamente, através da Primeira Secretaria, sem designação de funcionário nenhum. Conseqüentemente, sem custar nenhum centavo para este Poder.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — É correta a informação do nobre Deputado.

Quanto à nomeação de funcionários deste ano, para a Comissão de Orçamento, Vossa Excelência disse que cinquenta e um Senhores Deputados já indicaram. Eu quero que fique bem claro: que os três que não indicaram, um dos três fui eu, para ser coerente com aquilo que havia dito em Ata anterior, inclusive, à reunião que fizesse com Vossa Excelência.

**O Sr. Fuad Nacli** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Sr. Deputado Deni Schwartz. Não poderia deixar de apartear Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Orçamento. Vossa Excelência que participou o ano retrasado e este ano, da Comissão de Orçamento, sabe muito bem que nas atas da Comissão, no ano passado, ficou deliberado, depois de diversas reuniões, com o Primeiro Secretário, que ficaria em conjunto com os Senhores Deputados, quando era Presidente o nobre Deputado Jorge Sato, a escolha dos senhores técnicos, pessoas que já haviam trabalhado nesta Comissão, funcionários, há muitos anos, para formar esta equipe. E este ano prevaleceu o mesmo critério até antes da instalação da Comissão, antes da vinda do Orçamento.

Com a solicitação de diversos Senhores Deputados, para que fossem incluídos nomes de alguns dos senhores funcionários, para que pudesse acompanhar o Orçamento, e para que pudessem fazer as suas emendas, que estavam em campanha, dirigiam-se a mim. E eu procurei o Primeiro Secretário, dizendo que diversos Senhores Deputados tinham solicitado. Porque a Primeira Secretaria tem o poder financeiro e sabe se pode pagar ou não. Então dirigí-me ao Primeiro Secretário, dizendo que havia solicitações de diversos Senhores Deputados.

Quando foi feita a reunião da Comissão de Orçamento, novamente, para aprovação do Orçamento, diversos Senhores Deputados não concordaram com a indicação dos Senhores Deputados, e muito menos, dos outros Senhores Diretores que fazem parte hoje da relação.

Eu apenas encaminhei os vinte e dois senhores funcionários que estavam o ano passado, para que fossem incluídos

no Orçamento deste ano. Não nego que eu também indiquei este ano um funcionário para participar, mas não foi incluído na relação que foi indicada para o Sr. 1.º Secretário.

Era o aparte que queria dar a Vossa Excelência.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Eu apenas diria que esta relação devidamente assinada pelos membros da Comissão, eu a tenho em mãos e constam de vinte e dois senhores funcionários, que são os necessários à elaboração do Orçamento.

Quanto ao acompanhamento do Orçamento por parte dos Senhores Deputados e a necessidade da indicação de mais funcionários, é bom que se diga, é uma maneira de dar o décimo terceiro salário. E por falar em décimo terceiro salário — e uma vez o Senhor Primeiro Secretário disse que não havia me pronunciado a respeito; se nós procurarmos nos Anais da Casa, poderão os Senhores Deputados descobrir um pronunciamento feito por mim, na época da discussão do Orçamento, exatamente me defendendo das acusações que me faziam os senhores funcionários, de que eu era o algoz do funcionário desta Casa. E quando pedia, que o dinheiro — que assim como nós podemos indicar funcionários para participar desta Comissão, por que não estudarmos uma forma ilegal ou não, legal ou não, mas de pagarmos realmente um 13.º salário a todos os funcionários públicos.

E eu pergunto, que voz se levantaria contra a Assembléia deste Estado, se todos os funcionários recebessem o décimo terceiro salário. Se nós ficamos procurando o jeitinho para melhorar o vencimento do funcionário, porque não arranjarmos um jeitinho para arrumarmos a situação de todos os funcionários? Porque nestas relações, somente os mais bem pagos estão sendo bem aquinhoados. Enquanto que o funcionário que menos recebe, este continua a ter o salário da fome.

É porisso que, antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Muggiati, eu quero deixar desta tribuna, a minha estranheza pelo não respeito às Comissões Permanentes desta Casa. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

**O Sr. Muggiati Filho** — Nobre Deputado Deni Schwartz.

Eu pediria neste aparte, para endossar o pedido de Vossa Excelência, a que seja explícita a afirmação do Sr. Secretário desta Casa, no tocante às pessoas do Movimento Democrático Brasileiro, a que ele tenha favorecido com suas verbas no decurso da sua gestão administrativa.

Desejo porisso, registrar que também não fiz uso, não solicitei o uso de telex, nem de correspondência do Sr. 1.º Secretário, e também não fiz indicação. Esta última decisão adotada porque fui informado pela Comissão competente, de que a Comissão não iria receber indicação de funcionário nenhum, conforme anteriormente era costume adotado por esta Casa.

Porisso, o meu relacionamento e este registro que faço, e também como um depoimento em relação ao pronunciamento de Vossa Excelência, é feito exclusivamente em razão do pronunciamento do Senhor 1.º Secretário, porque não posso negar, quero deixar bem claro, que no meu relacionamento estritamente dentro daquilo que é direito a cada um dos Deputados nesta Casa, registrou-se uma perfeita normalidade entre este Deputado e o Senhor 1.º Secretário.

Apenas estranho que, no tocante às suas afirmações de benefícios ultra-legais fornecidos pela 1.ª Secretaria desta Casa, Sua Excelência generalize, quando se refere à Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Acho que Vossa Excelência está tocando num assunto, concluindo, em que, na realidade, se cria um discricionarismo dentro desta Casa, porque trata-se de indicações que eram costumeiramente feitas pelos Senhores Deputados, mas que, posteriormente, essas indicações extravasaram os limites adotados em razão do próprio costume e, conseqüentemente, a grande maioria dos funcionários acaba não sendo beneficiada com isso que Vossa Excelência, no meu entendimento também denominou bem de um

13º salário.

Era o que eu tinha a dizer a este aparte, principalmente endossando o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> no que diz respeito à explicitação da afirmação feita pelo Sr. 1º Secretário. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Muggiati Filho, e deixo a tribuna com o sentimento de que realmente as coisas não irão melhorar. Porque o que vemos é o Senhor Secretário dizer que realmente não lhe cabe culpa ao montar o "trenzinho da alegria".

Vemos o Senhor Presidente da Comissão se dizer forçado a montar o "trenzinho da alegria".

Fica a pergunta: e o homem que ganha 1.400 cruzeiros nesta Pátria? E o professor que ganha menos do que uma empregada doméstica? E o advogado que está aqui a reivindicar um salário um pouco melhor do que 4 mil cruzeiros por mês?

É por isso que não tem dinheiro nesta Pátria; é por isso que não tem dinheiro, Deputado Gilberto Carvalho, para pagar o Funrural do miserável, do velho que trabalhou durante 55 anos para receber uma aposentadoria de fome, de 780 cruzeiros por mês. É porque o elitismo das nossas leis, o elitismo de nós próprios Deputados, está levando realmente este Poder a não ser um Poder, ser apenas um apêndice dos outros Poderes, um poder do "sim", do "amém", do "sim, senhor".

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.<sup>a</sup> me concede mais um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Com todo o prazer.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu fui informado, que V. Ex.<sup>a</sup> também se referiu ao 1º Secretário de um pronunciamento que nós fizemos no início da nossa gestão na 1ª Secretaria, sobre a reestruturação funcional deste Poder. V. Ex.<sup>a</sup> viu hoje na Ordem do Dia, salvo se V. Ex.<sup>a</sup> ainda não teve oportunidade de ler a Ordem do Dia, em 2ª Discussão, o Projeto de Lei nº 58/78, de autoria da Comissão Executiva, que estende simbologia numérica, constante da Lei 6996/78, com os vencimentos fixados na Tabela V — Decreto nº 4847, de 18/04/78, etc.

Isto aqui, nobre Deputado, é parte da reestruturação da Assembléia. Está na Ordem do Dia de hoje, motivo pelo qual, eu estranho V. Ex.<sup>a</sup> se referir a um trabalho que está sendo apreciado hoje pelo Plenário, arguindo ser omissão do 1º Secretário ou da Comissão Executiva, pois isto não é trabalho somente meu.

E mais, para informar a Vossa Excelência além do que consta da Ordem do Dia, apresentarei também um Substitutivo nessa mesma matéria, hoje, trabalho nosso, referente ao nível superior, também parte do compromisso nosso com os funcionários desta Casa.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu só pediria para que me informasse, por favor, a respeito do que se discute hoje, com relação ao pessoal aqui da Casa.

V. Ex.<sup>a</sup> diz que na Ordem do Dia de hoje...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Em 2ª Discussão, Projeto de Lei 58/78, nobre Deputado, é o que eu posso informar.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex.<sup>a</sup> informa ao Plenário que hoje, em 2ª Discussão, o projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, que estende simbologia numérica, constante da lei tal, com os vencimentos fixados etc. etc., aos Cargos em Comissão da parte permanente do Quadro de Pessoal.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Exatamente.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex.<sup>a</sup> também informou que apresenta hoje, sobre o nível superior. E como V. Ex.<sup>a</sup> não estava no início da sessão, não deve ter ouvido que nós apelávamos exatamente para as suas palavras ditas no dia 5 de dezembro de 1977, porque nós, na verdade, estamos sendo elites, são os cargos em comissão, são os níveis superiores.

Eu fico a perguntar onde é que está o Quadro que veio para discussão nesta Casa e que foi recolhido, que chegou a vir

e entrar na Ordem do Dia e de repente desapareceu e é para cobrar a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>, que acredito seja honrada, quando V. Ex.<sup>a</sup> disse e eu vou repetir o que dizem as notas taquigráficas: "O que eu posso dizer tão somente aos meus servidores, é que não entregarei a 1ª Secretaria da Assembléia, se Deus me der vida e saúde, sem fazer a reestruturação de cargos, tão desejada e tão prometida já em outras gestões".

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu respondo a V. Ex.<sup>a</sup>

Nobre Deputado, como legislador, V. Ex.<sup>a</sup> deve saber o que é e o que não é constitucional. Eu não poderia apresentar um projeto inconstitucional e pela paridade entre os Poderes, eu não tenho condições de arguir sobre matéria de iniciativa do Executivo, motivo pelo qual eu estou apresentando matéria já tratada pelo Executivo, nesta Casa. Então, o que se relaciona com os funcionários pequenos, nós estamos fazendo o trabalho, junto a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador, para que ele tome a iniciativa que é exclusivamente dele. Não poderia eu propor, tomar a iniciativa de um projeto inconstitucional que V. Ex.<sup>a</sup> está me insinuando. Este é o esclarecimento que devo dar a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DENI SCHWARTZ — Bom, V. Ex.<sup>a</sup> presta esclarecimento quando o Senhor diz: "Se Deus me der vida e saúde..." e eu diria então: "Se Deus me der vida e saúde e o Executivo permitir".

O Sr. Quielse Crisóstomo — Só para concluir, não vou fazer mais apartes.

V. Ex.<sup>a</sup> também tem lembrança de que esta Executiva já apresentou um trabalho completo a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado que já mereceu o veto governamental, justamente, baseado na inconstitucionalidade. Então, nós não vamos reincidir no mesmo erro; já foi apresentado este trabalho. Então agora, nós estamos rigorosamente dentro da Constituição, e fazendo o trabalho de catequese, para que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador nos proponha ainda, a solução para os funcionários, não só do Executivo, naturalmente, será um problema geral dos três Poderes.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para findar, Srs. Deputados, eu dizia que...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência lamenta ter que interromper o pronunciamento do Deputado Deni Schwartz, e lhe concede mais um minuto para que conclua o seu pensamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Muito obrigado.

Para concluir, Srs. Deputados, estamos no final de uma Legislatura e, muitos, aqui ficarão. Há de se encontrar meios e formas para que este Legislativo não seja, apenas, um promulgador de leis elitistas. Há de se pensar no pequeno sob pena de que a Casa acabe caindo sobre nossas cabeças.

Na verdade, o que nós vemos e discutimos é sempre a nível dos mais poderosos; e, estamos esquecendo aqueles que, realmente, mais do que ninguém, produzem, trabalham e constroem o País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa) Havendo declinado, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Líder da ARENA, Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez deparamos, nesta Casa, com um projeto em que vai atender uma classe e que, já há muitos dias, ou vários meses, em tramitação nesta Casa e, hoje, está sendo uma das matérias mais polêmicas, neste Plenário, que é a Mensagem, o Projeto de Lei nº 177/77, Mensagem nº 131/77, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a nova estrutura do

Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

Analisando esta Mensagem, como relator da Comissão Especial, junto com os demais membros, Deputado Muggiati Filho, Deputado Maurício Fruet e o nobre Deputado Ezequias Losso, já tem um parecer e, depois, um novo aditivo encaminhado pelo Poder Executivo. E, agora, no entendimento, procurando solucionar e atender a classe, tanto daqueles que pediam para retirada da Mensagem, como aqueles que pedem que seja aprovada; nós vamos aprovar a Mensagem, com as emendas estudadas pela Comissão Especial - as emendas de números 4, 5, 6 e 10.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

A Presidência comunica aos nobres Pares que foi encaminhado à Mesa, o processo referente à CPI, que determina fatos reclamados contra o IPE. Esta Presidência determina que o Projeto de Resolução com as conclusões da Comissão de Inquérito, seja autuado e incluído na Ordem do Dia da sessão de segunda-feira.

Sobre a mesa, duas emendas ao Projeto de Lei n.º 177/77, ambas de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Esta Presidência deixa de receber as emendas referidas, visto que há muito tempo já encerrou o prazo legal para que as emendas fossem oferecidas ao projeto originário. Assim também, neste caso, a Mesa deixa de receber as emendas de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu acolho com respeito a decisão da Mesa, embora no meu entendimento, estas emendas pudessem aperfeiçoar a Mensagem que o Sr. Governador enviou a esta Casa, e cuja apreciação vem se arrastando por longos meses, apesar da importância da matéria. Eu, da análise destas emendas, das emendas aprovadas pela Comissão, algumas realmente são quase que idênticas às que eu apresentei na tarde de hoje. Mas outras são muito importantes para os Srs. Procuradores do Estado, os Advogados do Estado.

Por essa razão eu, embora respeitando a decisão de V. Ex.ª que é calçada no Regimento Interno da Casa, mas me valendo também deste mesmo Regimento, eu requeiro a V. Ex.ª, por gentileza, leve à consideração do Plenário a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Esta Presidência só tem a agradecer a compreensão de V. Ex.ª, Deputado Erondy Silvério, e não pretendemos, desta Presidência, dialogar com V. Ex.ª, mas a decisão é baseada já em Pareceres da própria Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu ilustre Relator . . .

Esta Presidência retifica, porquanto a Comissão é uma Comissão Especial, e o seu Relator é o eminente Deputado Gilberto Carvalho. Em consequência, baseando-se neste Relatório do eminente Deputado Gilberto Carvalho, esta Presidência não vê mesmo porque, submeter à apreciação dos Srs. Deputados as emendas oferecidas por V. Ex.ª, mesmo entendendo que elas têm um cunho até humano.

Esta Presidência pede desculpas ao Deputado Erondy Silvério.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, no seguinte teor:  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 164/78.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1978.

(a) JORGE SATO

Em votação. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/78, de Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1979. Parecer da Comissão de Orçamento, Favorável ao Projeto, e Emendas com restrições. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 15/78, ex-Proposição n.º 100/78, aprova Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Balsa Nova, objetivando aplicação de recursos que especifica, visando a melhoria do sistema de transportes naquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 113/78, aprova Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Mallet, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 24/78, ex-Proposição n.º 180/78, aprova Convênio de Auxílio e Cooperação n.º 20/70, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de União da Vitória, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, visando a melhoria do sistema de transporte urbano naquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/78, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre subvenção anual à Associação dos Servidores das Assembleias Legislativas do Brasil - ASALB e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 205/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Jandaia do Sul, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II, do Projeto "MINERVA". Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 206/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Peabiru, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 68/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de



ensino. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 89/78, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e inter-veniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 239/78, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 113/78, ex-Proposição n.º 415/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando proporcionar ao Estado cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do Projeto "PLANO ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO". Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o sistema de "Proteção do Meio Ambiente", contra qualquer agente poluidor ou perturbador e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.E.M.A., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que acresce do parágrafo único conforme específica ao artigo 10 e dá nova redação ao artigo 13 da Lei n.º 6639, de 05/12/74. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — Com Substitutivo da C.C.J., Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/77, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/77, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de PROCURADORES E ADVOGADOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. (Anexo o Projeto de Lei n.º 176/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 114/78, que versa sobre a mesma matéria). Parecer Favorável da Comissão Especial, por unanimidade. — Com Emendas. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/78, de autoria da Comissão Executiva, que estende simbologia numérica constante da Lei n.º 6996, de 12/04/78, com os vencimentos fixados nas Tabelas V - VIII, do Decreto n.º 4847, de 18/04/78, aos cargos em Comissão, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. —

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Gostaria que a Mesa informasse qual a matéria que está sendo discutida, o projeto, da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está sendo discutido o Projeto de Lei n.º 58/78.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, quer me parecer que V. Ex.ª não colocou as emendas em votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Exato.

O SR. NILSO SGUAREZI — Do Projeto n.º 177/77.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Exato. Realmente, esta Presidência, tão somente colocou em votação o projeto, emitiu as emendas, o que fará agora. O Projeto de Lei n.º 177/77, que tem o parecer favorável da Comissão Especial por unanimidade, com emendas e em regime de urgência está em discussão.

Em discussão as emendas do Projeto de Lei n.º 177/77. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, existem dois tipos de emendas, uma aditiva do próprio Governador, e emendas da Casa, aceitas em Plenário, e emendas da Comissão. Assim, gostaria que V. Ex.ª especificasse detalhadamente, quais as emendas que estão sendo propostas.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Assessoria da Presidência está localizando as emendas para que sejam votadas separadamente.

Em votação a emenda do Poder Executivo, do Sr. Governador do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu sugiro a V. Ex.ª que coloque em votação as emendas aprovadas pela Comissão Especial, desta forma, será resolvido qualquer óbice que haja em Plenário, ou na aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) V. Ex.ª quer que dê preferência às emendas de Comissão?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — As emendas aprovadas pela Comissão, que são as Emendas de números 4, 5, 6 e 10.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Eu atendo V. Ex.ª

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Desta forma, aprovadas as emendas, ficará solucionado o problema.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Questão de ordem) Sr. Presidente, em cumprimento à solicitação do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, complementamos dizendo que a Comissão Especial propôs três emendas e em plenário, foram propostas diversas emendas; e a Comissão Especial acolheu as Emendas números 4, 5, 6 e 10. Portanto, creio que seria mais conveniente, colocar em destaque as três emendas da Comissão, com as quatro emendas que foram acolhidas pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação a emenda número 4.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a emenda número 4 de Plenário, que por sinal é de nossa autoria, é aditiva à Emenda número 3 da Comissão. Creio então, que deve ser votada inicialmente a Emenda número 1, da Comissão, que diz: "fica proibida aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, advocacia particular, respeitados os direitos adquiridos. Que é a Emenda número 1 da Comissão. Para então, votadas as Emendas números 2 e 3, seja votada a Emenda número 4 do Plenário, que é aditiva à emenda número três da Comissão.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deputado Ezequias Lossó, V. Ex.ª se refere à emenda...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, sugiro que votássemos esta Mensagem com o parecer da Comissão de Justiça. Solucionaria, com as emendas já aprovadas e com o parecer.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Mas esta Presidência não vê inconveniente nenhum também em votar as

emendas como pediu na questão de ordem o Deputado Ezequias Losso.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requeiro ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que seja determinada a leitura do parecer da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deferida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>. Esta Presidência vai proceder a leitura do parecer. (Lendo parecer da Comissão).

É o que se continha no parecer da Comissão Especial.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, de acordo com o pedido feito pelo nobre Deputado Luiz Alberto, entendemos que a Mesa havia deferido a votação em globo das emendas, de acordo com o parecer da Comissão, e o pedido do nobre Deputado Ezequias Losso, incluiria uma emenda que fora rejeitada pela Comissão e que embora seja uma emenda realmente importante, mas em nossa opinião, data vênha, ela não tem assim uma correspondência com a Emenda número 4, que exigisse a sua votação juntamente com essa Emenda número 4. Porque a Emenda número 1, proposta na Comissão Especial, ela diz respeito aos direitos adquiridos. Ora, os direitos adquiridos terão que ser respeitados, esteja expresso na nova lei ou não, por se tratar de matéria constitucional, Sr. Presidente. De modo que se se tratasse de uma emenda que revogasse o disposto no Artigo 34 do projeto, evidentemente que a posição do Plenário poderia ser outra, mas a Emenda número 1, ela proíbe aos integrantes da Carreira de Procurador Geral do Estado a advocacia particular, respeitados os direitos adquiridos. Mas não há necessidade disso se tornar expresso que os direitos adquiridos serão respeitados, porque isso está na Constituição, Sr. Presidente. De modo que seria a inclusão de uma outra emenda contrária ao parecer da Comissão, que está sendo votado englobadamente, segundo foi deferido por V. Ex.<sup>a</sup> Por isso, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> para boa ordem e andamento dos trabalhos, que V. Ex.<sup>a</sup> defina, ou vota englobadamente o parecer da Comissão, ou vota uma a uma, todas as emendas. Era o que eu teria a requerer a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno da Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes que V. Ex.<sup>a</sup> dê solução à questão de ordem formulada pelo nobre Deputado Muggiati Filho, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que suspenda a sessão pelo tempo necessário ao entendimento com os relatores das diversas Comissões e os relatores das emendas. Porque tenho a impressão que, aprovadas as emendas apresentadas pelas Comissões e pelo nobre Deputado Accioly Neto, não poderão ser apreciadas as emendas encaminhadas pelo Poder Executivo.

Todavia, seria de bom alvitre que V. Ex.<sup>a</sup> suspendesse a sessão por 10, 15, ou 30 minutos a fim de que, num entendimento com a Comissão e respectivos relatores, V. Ex.<sup>a</sup> possa traçar um roteiro seguro para apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência acata o requerimento do Deputado Erondy Silvério e suspende a sessão por 10 minutos, e convida para um diálogo os relatores da matéria e os Líderes das respectivas bancadas. (É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está reaberta a sessão. Em votação a Emenda número 1 da Comissão Especial. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário fará a leitura do conteúdo da emenda.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Lê a Emenda).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação. Os Srs. Deputado que aprovam, permaneçam como estão. — (Aprovado) Em votação a Emenda número 2, da Comissão Especial. O Sr. Deputado Luiz Alberto fará a leitura do con-

teúdo da emenda.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Lê): Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — (Aprovado).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação a Emenda número 3 da Comissão Especial, ressalvada a emenda número 4, do Plenário. O Sr. Deputado Luiz Alberto, 1.<sup>o</sup> Secretário, fará a leitura do conteúdo da mesma.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Lê)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Em votação a Emenda número 4 do Plenário.

O Sr. Deputado Luiz Alberto, 1.<sup>o</sup> Secretário, fará a leitura do conteúdo da Emenda número 4, do Plenário.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Sr. Presidente, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que as Emendas números 4, 5, 6 e 10, foram aprovadas pela Comissão Especial e solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação as emendas, com o parecer favorável da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Retificando, colocamos em votação as Emendas números 4, 5, 6 e 10, com pareceres favoráveis da Comissão Especial. Em votação. APROVADAS. Conseqüentemente, as demais emendas ao Projeto de Lei n.º 177/77, em virtude da aprovação das emendas ora aprovadas, ficarão sem efeito, e, conseqüentemente, não serão votadas pelo Plenário.

2ª Discussão do Projeto de Lei n.º 58/78, de autoria da Comissão Executiva, com substitutivo.

O substitutivo é o seguinte. (Lê):

#### △ SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 58/78

Art. 1.<sup>o</sup> — Ficam constituídas, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, as Séries de Classes de Consultor Legislativo, Assistente Legislativo e Assessor Técnico Legislativo, com a estrutura constante do Anexo II, desta Lei.

Art. 2.<sup>o</sup> — Os cargos de que trata o artigo anterior são de provimento efetivo tendo a classificação, a quantidade e os vencimentos constantes do Anexo II, desta Lei.

Art. 3.<sup>o</sup> — Os cargos de Consultor Legislativo, Assistente Legislativo e Assessor Técnico são privativos de portadores de diploma de nível universitário.

Art. 4.<sup>o</sup> — A Série de Classes de Taquígrafo passa a ter a estrutura constante do Anexo II, desta Lei.

Parágrafo único — Os ocupantes dos atuais cargos de Taquígrafo passam a integrar a Série de Classes de Taquígrafo Legislativo, obedecida a seguinte correspondência: níveis 25 e 26 — Taquígrafo Legislativo Classe "C"; níveis 23 e 24 — Taquígrafo Legislativo Classe "B"; níveis 22 — Taquígrafo Legislativo Classe "A".

Art. 5.<sup>o</sup> — Os ocupantes dos atuais cargos, privativos de portadores de diploma de nível superior, passam a integrar a Série de Classes de Assessor Técnico Legislativo, obedecida a seguinte correspondência: níveis 29 e 30, Assessor Técnico Legislativo Classe "C"; níveis 27 e 28 — Assessor Técnico Legislativo Classe "B"; níveis 24, 25 e 26, Assessor Técnico Legislativo Classe "A".

Art. 6.<sup>o</sup> — Aos ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo, Assistente Legislativo, Assessor Legislativo e Taquígrafo Legislativo, é vedada a percepção das gratificações pela execução de serviços extraordinários, de tempo integral e de dedicação exclusiva, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho.

Art. 7.<sup>o</sup> — O acesso de uma para outra Série de Classes será feito mediante concurso interno de provas e títulos, respeitada a habilitação profissional exigida para o cargo.

Art. 8.<sup>o</sup> — O atual Gabinete de Assistência Técnica, passa a



ter a denominação de Gabinete da Consultoria Legislativa.

Art. 9.º — Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, sessenta e dois (62) cargos de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C, seis (06) cargos de provimento efetivo de Consultor Legislativo, cinco (05) cargos de provimento efetivo de Assistente Legislativo, e um (01) cargo de provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa, símbolo DAS-5.

Art. 10 — Os cargos em Comissão da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado passam a pertencer à simbologia geral DAS, Direção e Assessoramento Superior, na forma do Anexo II, desta Lei.

Art. 11 — Os valores das Funções Gratificadas são iguais aos do Poder Executivo, mantidos os mesmos símbolos e demais gratificações atribuídas para os cargos que tiverem ou não a denominação alterada.

Art. 12 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1978.

(aa) Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo, Jorge Sato,  
Luiz Alberto Oliveira.

#### ANEXO I — CARGOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA			
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	SÍMBOLO	VENCIMENTOS
DIRETOR GERAL	01	DIRETOR GERAL	01	DAS-2	Cr\$ 19.239,00
Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa	01	Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa	01		
Diretores de Departamento	05	Diretores de Departamento	05	DAS-4	Cr\$ 15.338,00
Tesoureiro Geral	01	Tesoureiro Geral	05	DAS-4	Cr\$ 15.338,00
Contador Geral	01	Contador Geral	01	DAS-4	Cr\$ 15.338,00
Chefe do Gabinete da Presidência	01	Chefe do Gabinete da Presidência	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Chefe do Gab. da 1.ª Secretaria	01	Chefe do Gab. da 1.ª Secretaria	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Chefe do Gab. da 2.ª Secretaria	01	Chefe do Gab. da 2.ª Secretaria	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
	01	Chefe de Gab. da Consultoria Legislativa	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Chefe de Gab. da Diretoria Geral	01	Chefe de Gab. da Diretoria Geral	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Coordenador de Auxílios Sociais	01	Coordenador de Auxílios Sociais	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal	01	Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Assessor Jurídico do Departamento de Finanças	01	Assessor Jurídico do Departamento de Finanças	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00
Chefe do Serviço de Segurança	01	Chefe do Serviço de Segurança	01	DAS-5	Cr\$ 8.757,00

#### ANEXO II — CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTOS
Consultor Legislativo	23 — 23	Consultor Legislativo	29	Cr\$ 20.239,00
Médico (com vencimentos especiais, Lei n.º 27)	02 — 29	Assistente Legislativo	34 — 63	Cr\$ 18.252,00
Secretário de Comissão				
Médico	08	Assessor Técnico Legislativo "C"	43	Cr\$ 13.520,00
Auxiliar Técnico	24	Assessor Técnico Legislativo "B"	47	Cr\$ 12.168,00
Advogado	67	Assessor Técnico Legislativo "A"	39 — 129	Cr\$ 10.951,00
Dentista	02			
Economista	09			
Contador	06			
Técnico em Administração	04 — 129			
Total Geral	181	Total Geral	192	

#### ANEXO III — CARREIRA DE TAQUÍGRAFO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTOS
Taquígrafo	10	Taquígrafo Legislativo "C"	07	Cr\$ 10.951,00
		Taquígrafo Legislativo "B"	02	Cr\$ 9.100,00
		Taquígrafo Legislativo "A"	01	Cr\$ 7.500,00

Em votação o Substitutivo. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/78, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede segunda chamada para EXAMES ou AVALIAÇÕES a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, na forma e conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial da Cidade de Paranaíba, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 128/78, que cria a carreira de Redator, escalonada entre os níveis 24 e 28, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., com Substitutivo por unanimidade e favorável ao Projeto EM SUA FORMA ORIGINAL, da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 186/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 189/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a situação de Florestas e Vasão dos Rios do Estado do Paraná, até 30 de junho de 1979. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que determine estudos objetivando a atualização das pensões pagas pelo Fundo Rural para um salário-mínimo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial "Respeito às Urnas", apresentado pelo jornal "Correio de Notícias". — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão, nos termos do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 156/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento feito da tribuna pelo autor, ao Sr. Governador do Estado, como subsídio ao esforço que dispenderá, por sem dúvida, em prol da própria sobrevivência dos portuários de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco Srs. Deputados, para "in loco", promova junto à Reitoria da F.U.E.L., a avaliação dos últimos acontecimentos e decisões daquela Reitoria. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Car-

valho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento em que pede a constituição de uma Comissão Especial de cinco Srs. Deputados, com a finalidade de averiguar ocorrências na Universidade de Londrina, conforme os termos do requerimento encaminhado pelo eminente Deputado Del Ciel, o requerimento, considerando que no dia 17 de novembro do corrente ano, o professor José Carlos Pinotti, Magnífico Reitor da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, por Resolução, declarou extintos em caráter definitivo, os mandatos de todos os dirigentes e Conselheiros do Diretório Central de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos Setoriais da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, suspendendo todas as atividades dos órgãos representativos dos universitários.

Poderemos, Sr. Presidente, até concordar que fosse pedido uma informação ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, dos motivos que levaram a tomar tal medida, cuja medida tem que ser tomada, fundamentado no Regulamento daquela Fundação, para depois então, se não satisfizer as informações fornecidas por aquele Reitor, seria então a medida da Constituição de uma Comissão. Mas, à primeira vista, não vemos motivos para a constituição desta Comissão, e ainda, Sr. Presidente, considerando os termos desse requerimento, é o motivo que nós também votaremos contrário a este requerimento. Diz ali, num tópico que considerando que promoveu a Reitoria, a invasão e arrombamento da sede do DCE, seqüestrando máquinas e documentos do órgão estudantil, considerando que a comunidade londrinense está a exigir providências no sentido de normalizar a situação da Universidade Estadual de Londrina, (lê):

"Senhor Presidente.

Considerando que no dia 27 de novembro do corrente ano, o Prof. JOSÉ CARLOS PINOTTI, Magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, por Resolução, declarou extintos, em caráter definitivo, os mandatos de todos os dirigentes e conselheiros do Diretório Central de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos Setoriais da F.U.E.L.; suspendendo todas as atividades dos órgãos representativos dos universitários;

Considerando que o ato praticado pela Reitoria oficializa a prepotência e o arbítrio, visando o impedimento da realização das eleições livres e democráticas, programadas para o dia de hoje;

Considerando que desde a gestão do ex-Reitor Oscar Alves, até a presente data, os universitários londrinenses vem sofrendo insuportável repressão da Reitoria e dos órgãos de policiamento próprio da F.U.E.L., a A.E.S.I. - Assessoria Especial de Segurança e Informações;

Considerando que promoveu a Reitoria a invasão e arrombamento da sede do DCE, seqüestrando máquinas e documentos do órgão estudantil;

Considerando que a comunidade londrinense está a exigir providências no sentido de normalizar a vida universitária na F.U.E.L.;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco (5) Senhores Deputados, para com a máxima urgência que o caso está a exigir, e "in loco", promova junto aos Dirigentes e Conselheiros do Diretório Central dos Estudantes e Diretórios Setoriais, assim como, junto à Reitoria da F.U.E.L., a avaliação dos últimos acontecimentos e decisões daquela Reitoria, para que este Poder possa posicionar-se quanto a liberação dos recursos do Estado e quanto aos atos dos administradores daquela Fundação Estadual.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Del Ciel"

Sr. Presidente, não vejo, mais uma vez, justificando, quando o Magnífico Reitor toma essas providências, antes de qualquer informação e orientação, nós tomarmos a medida e verificar "in loco", quando nada pedimos, nenhuma informação.

Depois, se for negado, será o caso então, de pedir a constituição da Comissão. Por este motivo, vamos votar contrariamente a esse requerimento, mas, procurando trazer ao conhecimento desta Casa, no tempo mais curto possível, porque já é do meu conhecimento que o Magnífico Reitor hoje, saiu de Londrina, dirigindo a Curitiba, já para trazer as informações devidas.

Não sei o motivo que ainda não chegou para dar essas informações, mas tenho certeza que nós poderemos já na próxima semana ir à tribuna, e trazer as informações e os esclarecimentos necessários e depois, se esta Casa não julgar suficientemente informada, então será motivo da constituição da Comissão Especial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — (Pela ordem). — Sr. Presidente. Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> se digne proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo V. Ex.<sup>a</sup>. (É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de "quorum").

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 29 Srs. Deputados presentes.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar) — (Assentimento) Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado José Antônio Del Ciel requereu, perante a Casa, constituição de uma Comissão Especial, para averiguação dos acontecimentos na Universidade Estadual de Londrina. O Deputado Gilberto Carvalho entende que, primeiramente, se deve solicitar informações do Reitor daquela Universidade, para, uma vez negada esta informação, se proceder à constituição desta Comissão Especial, desejada pelo Deputado Del Ciel.

Nós discordamos integralmente do ponto de vista do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, porquanto entendemos que o caso é urgente, os estudantes estão sendo desrespeitados em seus direitos, estão sendo violentados, estão sendo oprimidos e impedidos no seu legítimo direito de classe.

E um pedido de informações ao Reitor daquela Universidade viria retardar o conhecimento dos fatos para esta Casa. Este é um Poder político que deve interferir em todos os acontecimentos do Estado que lhe digam respeito.

Ainda ontem se votava aqui um pedido para o Secretário de Segurança, no sentido de se afastar um Delegado de Polícia arbitrário, violento, e que não cumpre com seus deveres, está por desmerecer, inclusive, a classe. E se dizia que não se deveria, este Poder se imiscuir no assunto. Hoje se pede a intervenção deste Poder naquela universidade e se diz também que antes se deve ter conhecimento através das informações do Reitor daquela universidade para depois se constituir uma Comissão.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele reitor informando a esta Casa, sobre os fatos, ele irá trazer, segundo as suas conveniências; não irá trazer os fatos na sua verdade nua e crua, na sua realidade. Esta Casa terá que se constituir em comissão, através dos cinco Deputados, como pede o requerimento, para tomar não só o depoimento daquele reitor mas também de outras pessoas, de estudantes, que tenham conhecimento dos fatos para que se apure a verdade. É isto que se deve fazer, porque não é possível que se continue sob ameaça, sob violência, e este Poder omisso, como tem sido até esta data. Porque se quer proteger indivíduos que não têm condições e não merecem proteção.

Este Poder não pode se omitir mais ante a violência e

a ameaça, e o crime que está se verificando neste Estado. Ou nós agimos ou ficamos um Poder atrofiado, negativo e sob o chacote dos olhares do povo.

Era isto, Sr. Presidente. Eu voto pelo requerimento. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

— (Pausa). — 16 Srs. Deputados rejeitam; 11 Srs. Deputados aprovam. Conseqüentemente está rejeitado o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferido. Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Del Ciel, queiram se levantar. — (Pausa). — Esta Presidência indaga como vota o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Voto a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias). — 15 Srs. Deputados rejeitam; 13 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que este Poder Legislativo formalize requerimento perante o órgão do Ministério Público da Comarca de Paraíso do Norte, no sentido de ser instaurada a competente Ação Penal, contra o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte. — Em discussão.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, o nobre Deputado Gilberto Carvalho pediu para discutir o requerimento. Não sei se S. Ex.<sup>a</sup> vai fazê-lo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não, por enquanto.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para discutir, concedo a palavra ao autor, Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, vejamos o que diz a lei a respeito dos crimes de responsabilidade dos Srs. Prefeitos Municipais e Vereadores. O Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. Diga-se de passagem que este Decreto-Lei emana do Poder Revolucionário instalado em 1964. O Decreto é datado de 1967. "São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais sujeitos a julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Item 1.º — Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; 2.º — Utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos. Os crimes definidos neste artigo, são de ação pública, punidos os dos itens 1 e 2 com a pena de reclusão de 2 a 12 anos, e os demais com a pena de detenção de 3 meses a 3 anos".

"Os órgãos federais, estaduais, ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura de inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, bem como intervir em qualquer fase do processo, como assistente da acusação". É exatamente o que foi feito, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

#### "R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que este Poder Legislativo formalize requerimento perante o órgão do Ministério Público da Comarca de Paraíso do Norte, com base no § 1.º, do Art. 2.º, do Decreto Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, no sentido de ser instaurada a competente Ação Penal contra o Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, Senhor

Germano Sordi, por haver o mesmo incorrido em crime de responsabilidade, nos termos do inciso II, do Art. 1.º do citado Decreto-Lei, conforme atestam as certidões anexas, extraídas dos Autos em andamento na Comarca de Paraíso do Norte, de n.º 39/78, de Execução de Título Extra Judicial em que figuram como partes, na qualidade de Exequente, a Fazenda Pública do Estado do Paraná e Executado o Senhor Armando Marques.

Requer, outrossim, que juntamente com o requerimento a ser endereçado e subscrito por este Poder Legislativo, a título de justificativa da medida, siga exemplar do "DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA", de n.º 102, do dia 13 de setembro de 1978, onde se encontra publicado, em sua página 3 e seguinte, pronunciamento sobre a responsabilidade criminal do Prefeito daquele Município, bem como exemplar do "DIÁRIO DO NOROESTE", jornal que se edita na cidade de Paranavaí, onde se lê, em sua primeira página, esclarecimento do Prefeito Municipal Germano Sordi, **autêntica confissão do crime praticado** (documentos juntos).

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1978.

(a) Waldenício Barbalho"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que teria ocorrido em Paraíso do Norte, para que o Deputado Waldenício Barbalho fizesse um requerimento testando a honorabilidade do Poder Legislativo do Estado do Paraná?

Muito bem, o Sr. Prefeito, Germano Sordi é, ao mesmo tempo, inquilino e senhorio, locatário e locador de próprio municipal. Onde as provas? As provas aqui estão. Certidões extraídas dos autos em andamento na Comarca de Paraíso do Norte. A primeira certidão que vou ler para os Senhores ouvir (Lê):

"Certifico, a requerimento formulado pelo Dr. Waldenício Barbalho, devidamente deferido pelo M.M. Juiz de Direito, nos autos sob n.º 39/78, de Execução de Título Extra Judicial em que são partes: — Exequente: a Fazenda Pública do Estado do Paraná e executado: Armando Marques. Nele às folhas "8", verifiquei constar o parecer do Promotor de Justiça do teor seguinte:

Executivo Fiscal n.º 39/78 — M.M. Juiz: 1.º — Conforme se infere da certidão do Sr. Oficial de Justiça, de folhas "7", o devedor não foi citado (O devedor chama-se Armando Marques), face a venda do estabelecimento comercial.

2.º — A responsabilidade tributária, de conformidade com as regras do Código Tributário Nacional, estende-se ao sucessor que adquire o ativo da Firma e continua a exploração da atividade comercial.

3.º — Desta forma requeremos o desentranhamento do mandato de folhas, para que o Sr. Oficial de Justiça esclareça o atual proprietário da Firma vendida. Diligencie no sentido de juntar cópia do contrato social da nova firma e informe quando a Firma foi vendida. Informe ainda o Senhor Oficial de Justiça, se o executado exercia outra atividade comercial nesta cidade".

Paraíso do Norte, 12 de maio de 1978.

Assinatura: Lauri Caetano da Silva — Promotor de Justiça. Em face desse parecer de S. Ex.ª, o Promotor Público da Comarca de Paraíso do Norte, em seguida, mais uma certidão, em que esclarece o Sr. Oficial de Justiça, o seguinte:

"Verifiquei constar a informação do Sr. Oficial de Justiça, do teor seguinte: M.M. Juiz: Informo respeitosamente a V. Ex.ª que, em atendimento ao requerido pelo Dr. Promotor de Justiça e despacho exarado às folhas "8", dos autos sob n.º 39/78 — Executivo fiscal, procedi várias diligências nesta cidade, comarca de Paraíso do Norte e sendo aí constatei que o nome da atual Firma é Bosque — Lanchonete e Petiscaria Ltda. E seus atuais proprietários são: — e eu chamo a atenção dos Senhores Deputados para essa afirmativa — O Sr. Germano Sordi e Pedro dos Santos, adquirido do Sr. Geraldo Siscouto, conforme contrato

social anexo. Informo mais, que a Firma Armando Marques foi vendida ao Sr. Geraldo Siscouto em 20-06-75, registro na Junta Comercial sob n.º 253.814, e baixa protocolada levando o n.º 36/78, de 1.º de março de 1978, e mantém o seguinte CGC".

Informa o Sr. Oficial de Justiça que a Lanchonete, o acervo de bens foi transferido para S. Ex.ª o Prefeito Municipal. Mas, como o Promotor Público da Comarca pede que seja juntado o contrato da Firma Social, Lanchonete Bosque Petiscaria Ltda., então o Sr. Oficial de Justiça, obedecendo despacho de S. Ex.ª, o Juiz da Comarca, o que fez? Diligenciou e fez a junta da do contrato, ao processo de execução fiscal.

"Certifico que, a requerimento formulado pelo Dr. Waldenício Barbalho e devidamente deferido pelo M.M. Juiz de Direito que, revendo em meu Cartório os autos sob n.º 39/78 — Execução de Título extra judicial, em que são partes: exequente: Fazenda Pública do Estado do Paraná e **executado:** Armando Marques, nele verifiquei às folhas 11 e 12, constar o documento de teor seguinte:

Bosque Lanchonete e Petiscaria Ltda., C.G.C. n.º 77.430.858/001-10. Contrato Social: Germano Sordi — brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente na cidade de Paraíso do Norte, avenida Itapejara sem número, portador do Título Eleitoral n.º tal e — Pedro dos Santos". São os contratantes. O primeiro detém cerca de 90% das ações. O Sr. Prefeito Municipal é detentor de 90% das ações. O Sr. Pedro dos Santos, de apenas 10%. Aqui está o contrato que comprova o crime praticado contra o patrimônio público.

Mas tão logo S. Ex.ª, o Promotor de Justiça verificou constar dos autos que, de fato a Lanchonete Petiscaria Ltda. estava sendo explorada por S. Ex.ª o Prefeito, que nos termos do seu parecer seria responsável pelo pagamento da dívida ao Estado do Paraná, que fez? Pediu suspensão do feito. Ao invés de mandar extrair as peças para processar o Prefeito que acabava de cometer um crime contra o patrimônio público, S. Ex.ª pede a suspensão do feito por 30 dias. Aqui está a certidão: "Certifico a requerimento formulado pelo Dr. Waldenício Barbalho, devidamente deferido pelo Meretíssimo Juiz de Direito da Comarca, que revendo em meu Cartório os autos sob n.º 39/78, de Execução de Título Extra Judicial em que são partes: exequente — Fazenda Pública do Estado do Paraná, e executado Armando Marques, nele às fls. 09, verifiquei constar o parecer do Dr. Promotor de Justiça do teor seguinte: Executivo Fiscal n.º 39/78, MM. Dr. Juiz: 1) Conforme se infere na certidão do Sr. Oficial de Justiça de folha 7, o devedor não foi citado, face à venda do estabelecimento comercial. 2) A responsabilidade tributária, de conformidade com as regras do C.T.N., estende-se ao sucessor que adquire o ativo da firma e continua a exploração da atividade comercial. 3) Desta forma, requeremos o desentranhamento do mandato de folha, para que o Sr. Oficial de Justiça, esclareça o atual proprietário da firma vendida. Diligencie no sentido de juntar cópia do contrato social da nova firma e informe quando a firma foi vendida. Informe, ainda, o Sr. Oficial de Justiça, se o executado exercia outra atividade comercial nesta cidade. Paraíso do Norte, 12 de maio de 1978. (a.) Lauri Caetano da Silva — Promotor de Justiça."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, decorridos os 30 dias, naturalmente, esse é um procedimento judicial e, aqui, inúmeros advogados sabem e têm conhecimento, os autos foram conclusos a S. Ex.ª, o Juiz, que exarou o seguinte despacho: "Diga o Promotor Público". Porque o engavetamento, que consiste na suspensão do feito, tinha sido feito por apenas 30 dias. E, agora, novamente, a Promotoria Pública, o Promotor de Justiça, pede a suspensão do feito, mas, desta vez, o pedido foi muito mais elástico, requeremos a suspensão da presente execução pelo prazo de lei. Paraíso do Norte, 14.9.78. Gervázio Assunção Moreira.

Este já é um outro promotor, mas a Promotoria é a mesma.

Então, como ele pedia a suspensão pelo prazo de lei, que fez o juiz? Deu o prazo máximo estabelecido — cento e oitenta dias; engavetado por mais cento e oitenta dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aqui está o despacho do MM. Juiz — suspende a execução pelo prazo de seis meses. Contraria-se, assim, o direito legítimo e incontestável do Estado do Paraná, de receber sua dívida. E, tudo isso por que? Por um motivo vil, baixo, mesquinho de política partidária que está sendo protegida, inclusive, pelo Poder Judiciário de Paraíso do Norte.

Clamam aos céus!

Não sei a quem pedir; pedir o que? Cumprimento da lei? Ora lei! Que lei? Aí está a desmoralização completa, absoluta, inofismável do Poder Judiciário de Paraíso do Norte.

O feito está suspenso e o processo engavetado e o Prefeito enriquecendo seu patrimônio, sem pagar a dívida ao Estado, nos termos do parecer do promotor público.

Pergunta-se — que atitude deve ser tomada?

De ofício poderia a Promotoria Pública, o Ministério Público ou o promotor de justiça, como já disse e repito, ter extraído as peças para determinar o saneamento de mais um corrupto da vida pública brasileira ao invés de fazê-lo, dá total cobertura ao criminoso. Promotor de Justiça pede suspensão do feito por seis meses, o feito está suspenso. Em consequência, o processo engavetado.

Que recurso cabe a um Poder que nada pode? Que recurso pode promover o Poder Legislativo? Pode, pelo menos, esperar e pedir através deste Deputado, cujo mandato está findando e, quem sabe, para felicidade nossa, porque pertencer a um Poder que nada pode, a um Poder que tem função homologatória apenas, porque as suas principais prerrogativas foram avocadas pelo Poder Revolucionário, que hoje detém tudo em suas mãos. Afinal, que Poder é este, que Poder é este? Este é o Poder Legislativo que hoje testamos a sua honorabilidade e Deus queira que ela seja posta em prova para repudiar o crime. Deus queira que a sua atitude não seja violentar os princípios da Revolução que eu defendi e ajudei a fazer e hoje me confesso arrependido porque ela se transformou em golpe.

Que Poder terá o Poder Legislativo? Requer o Deputado apenas que se encaminhe as provas e que se provoque o Ministério Público, para promover a ação contra o crime.

Será que não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazê-lo? Será que não posso pedir? É o que eu estou pedindo, é o que eu estou pedindo à Assembléia Legislativa. Não há propósito vingativo, não. Em absoluto, é preciso que se esclareça. Existe propósito de cumprimento de lei, por sinal a lei que está aí é o Decreto-Lei n.º 201 e emana do Poder Revolucionário. É preciso que se louve, inclusive, os seus termos, quando diz que aquele que se utiliza do Bem Público deve sofrer a pena de reclusão que varia de dois a doze anos. Essa lei emana do Poder Revolucionário.

Será que a Aliança Renovadora Nacional, que é o partido que dá sustentação à Revolução ao Governo que se diz Revolucionário, vai negar aprovação para se apurar um fato criminoso? Será? Eu não acredito. Só acredito depois de consumado o fato. Mas, se consumado for, creiam-me, Srs. Deputados, que levarei profunda decepção do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

**O Sr. Wilson Fortes** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**(Assentimento)** — Nobre Deputado Waldenício Barbalho, este assunto já veio à tona aqui na Casa. Vossa Excelência está dramatizando muito bem o problema. Com todo o respeito que Vossa Excelência sempre nos mereceu, nós somos forçados a dizer que o nobre Deputado está levando, realmente, o problema para o lado pessoal.

Vossa Excelência falou em vingança. Não havíamos pensado nisso, mas me parece que o raciocínio de Vossa Excelência está conduzindo para esse caminho. Nós sabemos claramente e Vossa Excelência bem sabe, que o D.E.R. após estudos

determinou e locou a estrada de São Carlos a Paraíso do Norte, cuja rodovia ao chegar a Paraíso do Norte, contrariando o pensamento de Vossa Excelência e de seus amigos e mesmo parentes em Paraíso do Norte, esta estrada veio cortar uma propriedade agrícola, se não me engano do seu cunhado ou do seu sogro, e eu acredito que Vossa Excelência está sendo levado, com essa revolta, por vingança, nobre Deputado.

Está aí um processo! Por que Vossa Excelência não se levanta diretamente contra o Promotor Público? Vossa Excelência está levantando um problema aqui na Casa, totalmente superado. Quem não sabe que o Germano Sordi é um dos melhores Prefeitos do Noroeste do Paraná? Vossa Excelência não pode contestar isso, haja visto a votação que o seu Deputado Estadual, Federal e o Senador Túlio Vargas teve na cidade.

É um moço de vinte e dois anos, idealista, com todas as condições de representar o seu povo aqui, talvez num futuro não muito distante.

E Vossa Excelência que teve na eleição passada uma expressiva votação e na última eleição diminuiu a sua votação em virtude da sua estrutura política, se revolta contra o Prefeito por um problema pequeno, um problema que Vossa Excelência sabe realmente, o que ocorreu.

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Vossa Excelência me dá licença? Desculpe-me interromper Vossa Excelência.

Vossa Excelência está misturando os problemas, nós advogados costumamos discutir os problemas, os processos. O processo de hoje aqui, é apenas o que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 201, que se refere aos crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.

Vossa Excelência está trazendo à baila, um outro problema que eu trarei aqui à Assembléia oportunamente. Em razão de denúncia que eu fiz nesta Assembléia de corrupção praticada pelo seu Prefeito, pelo seu Prefeito que através da corrupção lhe deu extraordinária votação nas últimas eleições, porque esta é que é a verdade, a maior corrupção deste Estado, diz respeito à disputa de comando político. Não se quer saber hoje, quem ganha a eleição se é ARENA ou MDB, o que se quer saber, Vossa Excelência sabe perfeitamente disso, é qual é o Deputado vitorioso, para mandar no município. Vossa Excelência há de mandar no Município de Paraíso do Norte, mas se Vossa Excelência vai imbuído desses propósitos, creia-me Vossa Excelência, a decepção será maior porque o Prefeito Germano Sordi continuará roubando o patrimônio público, orientado por Vossa Excelência. Vossa Excelência através desse aparte, está sendo conivente com o Prefeito Germano Sordi. Eu não estou dramatizando, meu modo de falar é assim.

**O Sr. Wilson Fortes** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Somente na hora devida.

Vossa Excelência misturou os assuntos, não deveria fazê-lo e Vossa Excelência sabe perfeitamente disso, mas, se Vossa Excelência misturou os assuntos e como eu tenho uma hora para discutir o requerimento, vou responder o que Vossa Excelência indevidamente arguiu. É o problema da estrada. Então fique Vossa Excelência sabendo que o Senador Hamilton Villela Magalhães, participou do acordo, de um consenso em Paraíso do Norte, entre as Lideranças locais, Prefeito, ex-Prefeito, Vereadores, comunidade de um modo geral e que a estrada vicinal deveria ter, usando o leito antigo e agora por vingança, isto sim, nobre Deputado, o seu Prefeito mudou o rumo da estrada.

O Prefeito que fez comício sozinho em Paraíso do Norte, alegando que Vossa Excelência ia comparecer e não compareceu, nem Vossa Excelência nem o seu companheiro de chapa, o Sr. Flávio Jobini, só fez insultar o povo e ameaçar, e não obstante, obteve esta votação extraordinária para Vossa Excelência, porque mais de quinhentos funcionários e parentes vivem tão miseravelmente, que dão o voto de gratidão.

É por isso que a ARENA ganha as eleições nos municípios pequenos. Aí está a votação dos municípios pequenos. Com receio de perder o necessário à sua sobrevivência, votaram todos em Vossa Excelência, que orienta agora o Prefeito e torna-se conivente dele, em razão da prática do crime contra o patrimônio público.

Essa é que é a verdade, Deputado.

E Vossa Excelência sabe perfeitamente disso, mas eu quero concluir o meu pensamento, e afinal, eu dou o aparte, tantos quantos queira Vossa Excelência. Mas está aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma afirmativa do Sr. Germano Sordi. Tão logo foi feita a denúncia de corrupção neste Poder, defendendo naturalmente, muito antes das eleições, Vossa Excelência sabe disso, tanto sabe, que Vossa Excelência diz que é assunto superado. Ora, assunto superado? O que contraria o interesse público não supera nunca.

Vossa Excelência sabe que não decorre prazo para se ingressar na Justiça, contra um Prefeito que está furtando o patrimônio público, contra um Prefeito que está a enriquecer o seu patrimônio, às custas do patrimônio público.

Então o que disse o Prefeito naquela resposta que ele deu ao Deputado que denunciou a corrupção deste Poder. Está aqui a nota dele, nobre Deputado, que eu passo a ler:

"Prefeito de Paraíso do Norte presta esclarecimentos.

A vista de recente pronunciamento que um Deputado oposicionista que pleiteia sua reeleição no Noroeste paranaense, pretendendo envolver meu nome, com possível irregularidade administrativa, ligada à exploração de uma lanchonete localizada no Bosque Municipal desta cidade, venho a público esclarecer: As instalações da lanchonete no Bosque Municipal, foram construídas com o fim específico de proporcionar mais lazer e conforto aos frequentadores daquele local público, e não de se constituir uma fonte de receita para os cofres municipais".

Vejamos o que quis dizer Sua Excelência, — diz ele que não foi com o objetivo de se constituir uma fonte de renda para os cofres municipais. Porque teria Sua Excelência, o Sr. Prefeito Municipal, feito tal declaração?

Exatamente porque disse eu da tribuna, que ele era inquilino e Senhorio da Prefeitura. Julgava difícil a sua posição na hora em que contratou representando duas vontades. A vontade do Chefe do Poder Executivo Municipal e a vontade do senhorio. Como teria ele conseguido preço mais razoável, para ele, inquilino, pagar? Para ele, locatário, pagar ao locador? Como teria conseguido, se ele representava as duas vontades?

É uma espécie de contrato consigo mesmo. Germano Sordi, Prefeito Municipal, contrata Germano Sordi, detentor de cerca de noventa por cento das ações do Bosque Lanchonete e Petiscaria Ltda.

Então dá ele a resposta, — que a Prefeitura não teria interesse nenhum financeiro. Está dizendo, de maneira indireta, que não paga um centavo de aluguel aos cofres do município.

Mas vejamos a nota de esclarecimento. Mais adiante, diz Sua Excelência, o Prefeito Municipal. Portanto, o objetivo da administração municipal, ao construir aquelas dependências era de que as mesmas fossem administradas por pessoal competente e responsável. Mas qual é o pessoal competente e responsável?

Ele, detentor de noventa por cento das ações, e seu sócio de apenas dez por cento. Convencido o moço. Mais adiante afirma, — infelizmente isto não vinha acontecendo, as firmas anteriores que exploraram a lanchonete o fizeram de maneira negligente e, devido ao desinteresse e a deficiente capacidade administrativa, a lanchonete começou a sofrer depredações, foi estimulada a frequência de pessoas de moral duvidosa, constituindo foco de comentários negativos e, pau-

latinamente, afastando o comparecimento das famílias paraisenses.

Alertado sobre o assunto, através de reclamações na Câmara dos Vereadores, da população, diz tudo ter feito para dar ao problema, uma solução que viesse atender aos interesses da administração pública, que é ver aquele local perfeitamente explorado pelo município que necessita de um atendimento mais qualificado.

Atualmente, diz ele, a firma que administra aquelas dependências está habilitada, regularmente para isto, e é de uma idoneidade e competência a toda a prova, atingindo plenamente os objetivos que lhe são impostos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto é até ridículo. Ele elogiar a firma que é de uma idoneidade a toda a prova, quais os componentes da firma? Ele, Germano Sordi, noventa por cento das ações e Pedro dos Santos, que é o seu empregado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal fato não constitui crime? Tal fato não deve ser apreciado pelo Poder Legislativo Estadual, para encaminhar as provas ao Ministério Público, ao invés de se dar toda proteção político-partidária ao criminoso? Será que a Aliança Renovadora Nacional, através de seus ilustres Deputados, vai votar contrariamente este requerimento? Será que as provas insofismáveis, não são suficientes para que se decida, para que se remetam as provas ao Ministério Público, a fim de que ele ofereça ou não a denúncia?

Eu não acredito, só acredito vendo. Mas, se porventura a Aliança Renovadora Nacional, através de seus ilustres Deputados votarem contrariamente a este requerimento, eu levo daqui uma profunda decepção, e a certeza de que nós não somos realmente um Poder, de que nada nós somos. De que o Poder enxovalhou-se; de que o Poder ficou de tal modo envolvido pela corrupção e agora, pelo crime, que nega-se a si mesmo; nega a si o direito de promover a responsabilidade criminal. Então não se diga este Partido Aliança Renovadora Nacional — "Sustentáculo da Revolução", não. Diga-se "Desafiante dos princípios da Revolução". Porque está a desafiar e nada mais. Está exclusivamente a desafiar os princípios. E quando se comete um crime como cometeu o atual Prefeito Germano Sordi, a quem o nobre Deputado Wilson Fortes reconhece seu autor de uma extraordinária administração. Eu contesto, contesto por que? Contesto porque o Projeto Noroeste foi assinado no exercício do mandato do Prefeito passado. E eles receberam os lucros e os louros. Mas está a cobrar de maneira ilegal o asfalto dos municípios. É o asfalto mais caro da região Noroeste do Paraná.

Enquanto o Projeto Noroeste dá o direito ao Chefe do Poder Executivo de cerca de noventa cidades do Noroeste do Paraná, a debelar a erosão, Sua Excelência com o dinheiro recebido, inicia as obras mas cobra preços superior ao próprio asfalto. Comete também contra os seus municípios, um verdadeiro crime, porque atenta contra a legislação em vigor. Não se diga que pelo simples fato de fazer, fazer com verbas do Projeto Noroeste, se pratica extraordinária administração. Às vezes, o não fazer, desde que se atenda muito mais a comunidade, se administra melhor, porque não se sacrifica o município, do que fazendo, com prejuízo dos municípios. E é isso que ele está a fazer em Paraíso do Norte. As provas estão aí. Todas elas, com exceção do jornal, extraídas de autos em andamento na Comarca de Paraíso do Norte. Eu não sei se o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira solicitou aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicitei. Eminente...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Com muito prazer dou o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência traz a esta Casa hoje, um assunto dos mais graves, no meu entendimento. Que é preciso que a Assembléia tome uma posição,



não só com referência a este caso, mas quanto a outros que possam vir à discussão nesta Assembléia Legislativa.

Tenho a impressão, nobre Deputado, que este seu requerimento deveria ter sido despachado para a Comissão de Constituição e Justiça, para analisar as denúncias graves contidas no requerimento de Vossa Excelência a semelhança de outros requerimentos feitos por eminentes Deputados desta Casa. Eu tenho em mãos, coincidentemente, um requerimento de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, que solicitava o envio de expediente deste Poder, ao Tribunal de Justiça, ao Poder Judiciário, para promoção de crime de responsabilidade, do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Este expediente, como Vossa Excelência deve ter conhecimento, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para verificar a procedência da denúncia. E quero antecipadamente declarar, neste aparte, o meu voto. Eu voto nesta matéria, eminente Deputado Waldenício Barbalho, preocupado com as acusações graves que Vossa Excelência traz a esta Casa, para que a Presidência da Assembléia determine o envio deste expediente à Comissão de Constituição e Justiça, para analisar as denúncias, e, posteriormente, dependendo da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, ser enviado a Plenário para o envio ao Ministério Público ou não, da denúncia que Vossa Excelência traz nesta tarde.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Nobre Deputado Luiz

Alberto de Oliveira, evidentemente não posso contrariar o requerimento, através do aparte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência pede que a Comissão de Constituição e Justiça examine as provas e o teor do requerimento. Eu, que sempre recorro à lei, que sempre recorro aos Poderes, não poderia impedir de maneira nenhuma e nem contrariar a vontade de Vossa Excelência, que este requerimento e as provas sigam para a Comissão de Justiça, opinar a respeito. Só que farei um requerimento de urgência para, ainda nesta legislatura, eu ter o prazer de ver confirmado o prestígio do Poder Legislativo do Estado do Paraná, através de uma representação ao Ministério Público, para que o Ministério Público venha promover a ação, que é de ordem pública, contra o atual Prefeito de Paraíso do Norte, que está a praticar crime de responsabilidade previsto em lei. Assim sendo, eu nada mais tenho a dizer em razão do requerimento de Vossa Excelência, que, naturalmente, será formulado à Presidência da Assembléia, para que sofra discussão e votação ainda nesta oportunidade.

O Sr. Wilson Fortes — Um aparte nobre Deputado. Eu pedi um aparte a Vossa Excelência, faz tempo e Vossa Excelência...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Concedo o aparte, então, a Vossa Excelência, não obstante no meu modo de ver, está encerrado o assunto. Concedo o aparte.

O Sr. Wilson Fortes — Peço escusas porque percebi que Vossa Excelência ia deixar a tribuna. Mas, nobre Deputado Waldenício Barbalho, Vossa Excelência não se reelegeu e queremos deixar claro, aqui, que isso em nada absolutamente nos alegrou.

Mantivemos sempre com Vossa Excelência bom relacionamento e temos mesmo, no Deputado Waldenício Barbalho um defensor intransigente dos interesses do Paraná e do povo paranaense.

Mas, o nobre Deputado Waldenício Barbalho é e continua sendo o mesmo Vereador em Paranavai há doze anos, sempre alardeando, sempre procurando transformar pequenas coisas em fatos bombásticos. Vossa Excelência sabe bem o que ocorreu em Paraíso do Norte.

Vossa Excelência tem conhecimento profundamente, de fato, o que aconteceu. O Promotor Público de Paraíso é um homem íntegro, sério e advogado como Vossa Excelência é, e deve ter conhecimento de causa do ato que cometeu.

Mas, Vossa Excelência Deputado Waldenício Barbalho,

que sempre confundiu corrupção com bom-dia, com boa-tarde, continua no final deste mandato, da mesma forma, no mesmo caminho, procurando ofuscar a honra daquele moço digno e trabalhador em Paraíso.

Vossa Excelência, nas penúltimas eleições foi o mais votado naquela cidade. Não é de meu conhecimento, confesso, nenhum trabalho de Vossa Excelência nesta Casa ou na Capital do Estado, que viesse de encontro aos interesses do município ou daquele povo.

Quatro anos, e Vossa Excelência não traduziu em trabalho para aquela cidade, pelo menos a votação que Vossa Excelência teve. E nós sempre estivemos aqui na Assembléia, na Capital do Estado, procurando devolver a Paraíso, a votação que recebemos lá. Grande parte dos benefícios que existem naquela cidade, diretamente os do Governo do Estado ou em convênio com o Governo do Estado, têm a nossa colaboração, nobre Deputado, e Vossa Excelência sabe disso. Estou apenas dizendo isso, para chegar aonde Vossa Excelência quis chegar, que nós pretendemos com a votação que tivemos lá, ter o comando da cidade de Paraíso do Norte. Eu sou Deputado há doze anos e há doze anos tenho a liderança de Paraíso do Norte e nem por isso, creio, que tenha errado de uma maneira desonesta ou feito politicagem naquela cidade. Sempre procurando atender as reivindicações daquele povo e daquele município e Vossa Excelência sabe disso.

Hoje o Prefeito desenvolve um trabalho extraordinário. É tão sério, é tão íntegro que conta com o apoio até da justiça, naquela comuna. E com o apoio do povo. Vossa Excelência fez comício naquela cidade, Vossa Excelência o atacou, Vossa Excelência foi para tribuna, foi para o rádio, foi para o jornal e o povo compareceu em massa e atendeu o seu pedido nas últimas eleições, não só para Deputado Estadual, Federal, como para Senador também, mas Vossa Excelência continua batendo na tecla querendo ofuscar a honra de quem trabalha, querendo ofuscar a honra de quem cumpre com a sua obrigação. Vossa Excelência continua sendo o mesmo Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu concedi o aparte.

Mas Vossa Excelência não deixa de ser ofensivo na sua fala. Ora, Vossa Excelência acha que a dignidade de um homem, decorre dos votos que ele recebe? Às vezes é o contrário: quanto menos votos, mais digno. Vossa Excelência confunde trabalho de Deputado, que é trabalho parlamentar, trabalho legislativo e quem é Vossa Excelência para me desafiar? Quantos pareceres emiti na Comissão de Justiça? Vossa Excelência poderia dizer, nobre Deputado, eu lhe agradeceria. Certa vez, na Comissão de Justiça, quando empatada estava a votação a respeito de um projeto de autoria de Vossa Excelência, com fundamento no Direito e na lei, desempatei contra o meu Partido e a favor do autor do projeto, que é Vossa Excelência, Deputado Wilson Fortes. Porque é que Vossa Excelência não reconhece isso? São essas coisas gratas que me confortam.

Não confunda Vossa Excelência a atividade parlamentar e legislativa com aquela decorrente de uma atribuição vedada pela Constituição, que não é respeitada nem aqui nem neste País e é por isso que eu prego uma revolução para que as coisas venham para os seus devidos lugares.

Vossa Excelência está a praticar atos administrativos em nome do Governo do Estado, transformando esse Governador que aí está, em verdadeiro "testa de ferro", para conquista de votos. Vossa Excelência que fez, nobre Deputado? A verdade, é que Vossa Excelência me acusou e estou me defendendo, Vossa Excelência entregou ônibus às vésperas das eleições, fez comício às vésperas das eleições, entregando ônibus em Paraíso do Norte, nas cidades do Noroeste do Paraná.

O SR. WILSON FORTES — Isso é trabalho, nobre Deputado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Nobre Deputado, isso é vergonhoso e é por isso que eu tenho nojo nesse fim de

legislatura. Eu disse há dois anos passados: eu tenho nojo de ser Deputado. Por isso, nobre Deputado, o que levo daqui, são as boas ações, as minhas atitudes, e o exemplo de coragem, que é a maior virtude do político.

Vossa Excelência diz que eu nada fiz por Paraíso do Norte, nem Vossa Excelência fez. Nem nós fazemos nada, porque o direito de fazer é de competência exclusiva e absoluta do Poder Executivo. Se nós interferimos, nobre Deputado, nós estamos interferindo numa atribuição de absoluta competência do Poder Executivo. Vossa Excelência, apesar de ser Deputado há dez anos, ainda não aprendeu. Não sabe disso. Ainda não sabe disso! Que fazemos nós neste Poder, senão leis, nobre Deputado, e os Deputados da Aliança Renovadora Nacional, salvo raras exceções, conquistam votos às custas de função que é exclusiva competência do Poder Executivo. É por isso que se corrompe neste Estado, e é por isso também, que se corrompe neste País. Vossa Excelência sabe perfeitamente o que significou o comando político, onde Vossa Excelência radicalizou com o ex-parlamentar, Benedito Pinto Dias, seu inimigo fidalgo. O pronunciamento mais sério que eu ouvi de um homem público fazer contra outro, foi feito por Vossa Excelência nesta Assembléia. Contra o ex-parlamentar Benedito Pinto Dias. Vossa Excelência sabe perfeitamente que o Governo do Estado não queria a minha volta, porque eu sou o homem da verdade, porque eu sou este verbo inflamado que aí está, com a coragem que Deus me deu.

Vossa Excelência sabe e Vossa Excelência sabe que o futuro Governador, mandou que o Benedito Pinto Dias, ex-Parlamentar, aliciasse os Prefeitos do Movimento Democrático Brasileiro: São João, Santo Antônio, Itamboara e na sua cidade, comprou o Presidente do MDB e para que? São cerca de quatro mil votos que tiraram, deste Parlamentar, a eleição e, eu estou contente; digo com toda sinceridade. Que tiraram deste Parlamentar e, Vossa Excelência diz uma verdade — onde Vossa Excelência concorreu com ele, e venceu, a votação maior foi do candidato a Senador Túlio Vargas; aonde concorreu, e perdeu, foi de José Richa, o nosso Senador do Povo. Ainda bem, que ele será, no futuro, um Deputado comprometido com a bancada emedebista; foi eleito com os votos do MDB e, será, naturalmente, rival de Vossa Excelência, nesta Assembléia. Ser eleito assim, nobre Deputado, eu não quero; ser político assim, eu não quero. O que eu queria e, Vossa Excelência sabe disso milhares de vezes eu disse isso, no Noroeste do Paraná e continuo a dizer, era ser Deputado, era pagar essa dívida de gratidão a este fabuloso Estado do Paraná, onde nasceram os meus filhos. Está paga a dívida. Mas está mantida a dignidade e a reputação deste Poder, nobre Deputado? Vossa Excelência, por favor e, pelo amor de Deus, não ajude a enxovalhar o Poder Legislativo. No futuro, eu vou requerer regime de urgência, Vossa Excelência vote favoravelmente a esse requerimento, para que o Poder promova a responsabilidade desse moço para que seja punido e o direito penal consiga sua verdadeira finalidade, qual seja — não se pune o homem, apenas, pelo objetivo de punir; pune-se para que ele não volte a transgredir as leis; para que ele não volte a praticar novos crimes. Este moço precisa ser excluído da vida pública, porque está enriquecendo o seu patrimônio, com o patrimônio público e com a omissão e a solidariedade do Ministério Público e do Poder Judiciário de Paraíso do Norte.

O que virá para mim, diante de uma declaração dessas?

O que poderá vir?

Eu não sei. Certa vez, Vossa Excelência disse — não sei onde Vossa Excelência chegará. Vossa Excelência tem razão — não sei onde chegarei, com uma declaração desta ordem. Só sei o seguinte: — Aonde estiver, de pé, estará a minha dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado, Srs. Deputados. (Com revisão do orador).

O Sr. Wilson Fortes — Vossa Excelência é sempre do contra,

Sr. Deputado; Vossa Excelência é homem do contra e, será sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, vasado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, o envio à C.C.J., o requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, para verificar a procedência da denúncia contra o Prefeito de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1.978.

(a) Luiz Alberto Oliveira.”

Em votação. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já marcada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### Portarias:

##### PORTARIA N.º 384/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10574, de 30 de outubro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula n.º 574, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 385/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9201, de 21 de setembro de 1.978, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, na forma que especifica, os funcionários adiante indicados, da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1.979:

COORDENADOR GERAL	.....	ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
COORDENADOR OPI e OGE	.....	AIMORÉ OD ROCHA
SECRETÁRIO CO.	.....	ALBERTO CARAZZAI NETO
DIRETOR DO D.L.	.....	ELCY SILVA BATISTA
ASSESSORES	.....	FRANCISCO DRANKA
		LUIZ ANTÔNIO CARON
		RONALDO BAPTISTA
		BLUMER BOSQUÍLIA
		JOSÉ TAVARES CANTO FILHO
DATILÓGRAFOS	.....	IHOR BARANHUK
		MÁRIO CRUZ
		LUIZ CARLOS MOLINARI
		SÍLVIO LIEGEL
		GLACY BELICH
DIAGRAMADORES	....	WILIANS ROLANDO ROMANZINI
		FARID LUIZ GUÉRIOS
		JUARES DE QUADROS GONÇALVES
IMPRENSA	.....	JAIR ALVES CORDEIRO
		LUIZ CARLOS MONTEIRO
PORTARIA	.....	ANTÔNIO GULBINO



taria n.º 864/78, à funcionária MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula n.º 181, ocupante do cargo de nível "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de novembro de 1.978  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 390/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10969, de 14 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER, matrícula n.º 426, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 391/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10471, de 26 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 379/78, à funcionária ISAURA BUENO, matrícula n.º 204, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 392/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9483, de 02 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário IVO GUSSO, matrícula n.º 264, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 393/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10733, de 07 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 373/78, à funcionária MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de

nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 394/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11237, de 23 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário NOIR PACHECO, matrícula n.º 482, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 24 de novembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 395/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11241, de 23 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária FLORIPES ALVES BOSCHI, matrícula n.º 197, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 21 de novembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 396/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11298, de 24 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário ORLANDO MORO, matrícula n.º 133, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 16 de novembro de 1.978, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.  
FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 397/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11333, de 27 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária PAULINA SCHERNER SIMÕES, matrícula n.º 223, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo

Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de novembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 398/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11223, de 22 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO —  
matrícula n.º 048

LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO —  
matrícula n.º 129

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 399/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11091, de 21 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — Revogar, a Portaria n.º 184/77, na parte que se refere à funcionária OLGA POPOVITCH, matrícula n.º 319, que autorizou a mesma, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, na Biblioteca.

II — designar, a funcionária acima mencionada, para prestar serviço no Departamento de Divulgação e Relações Públicas; e,

III — autorizar, a citada funcionária, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Artigo 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Departamento de Divulgação e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 400/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10741, de 07 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário ROBERTO DINIZ SATYRO, matrícula no. 225, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 401/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11367, de 27 de novembro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 292/78, à funcionária RUTH DE CAMILLO RUS-SI, matrícula n.º 296, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 402/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11402, de 28 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária NADIR DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula n.º 540, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia dez (10) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 27 de novembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 403/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11429, de 28 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CILENE MARIA SILVA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 404/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11401, de 28 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matrícula n.º 477, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 26 de novembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 405/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11161, de 21 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
conceder, ao funcionário JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula n.º 392, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 21 de novembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 406/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11319, de 27 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
retificar, a Portaria n.º 627/77, de 22 de agosto de 1977, que concedeu férias à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula n.º 212, para declarar que as férias concedidas por esta Portaria, referem-se ao exercício de 1977 e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 407/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11319, de 27 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
retificar, a Portaria n.º 122/78, de 12 de abril de 1978, que concedeu férias à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula n.º 212, para declarar que as férias concedidas por esta Portaria, referem-se ao exercício de 1978 e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY  
Diretor Geral

# Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 574/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 8274/78, 8164/78 e 9183/78, deste Poder,

**RESOLVE:**  
designar o funcionário OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 502, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Recursos Humanos, a partir de 11 de agosto de 1978, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1978

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 575/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10955, de 14 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
autorizar ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula n.º 095, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a ausentar-se do País durante o período de 26 de novembro a 16 de dezembro do corrente ano de 1978, nos termos do § 2.º do Art. 52, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de outubro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 576/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10956, de 14 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
I – Conceder a ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula n.º 095, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) de seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1979, a partir de 19 de maio de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

II – Conceder nos termos do parágrafo único do artigo 247, da supra citada Lei n.º 6174, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 18 de novembro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 577/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10869, de 09 de novembro de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**  
mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, matrícula n.º 500, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1974 e 28 de novembro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 578/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-



ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10329, de 23 de outubro de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — Mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de UMBERTO MORO REDESCHI, matrícula n.º 473, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses e seis (06) dias, compreendido entre 1.º de maio de 1936 e 06 de fevereiro de 1937, prestado ao Exército Nacional.

II — Conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 11 de novembro de 1978, nos termos do Art. 170 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, data em que, em razão da contagem supra, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e já vem percebendo a mesmo título, quinze por cento (15%), perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 579/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10742, de 07 de novembro de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder ao funcionário ROBERTO DINIZ SATYRO, matrícula n.º 255, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de setembro de 1978, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%) de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário